

O ESTADO DA ARTE DA PESQUISA SOBRE A MEDICALIZAÇÃO DE CRIANÇAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (2003-2013): UM ESTUDO EXPLORATÓRIO¹

Letícia Cristina Franco²
Profa Dra Érica Piovam de Ulhôa Cintra³
Profa Dra Aline Frollini Lunardelli Lara⁴

Resumo: Levando em conta o crescente apelo da comunidade escolar para o encaminhamento clínico neuropediátrico dos alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou comportamentos inadequados e, concomitantemente o aumento do consumo de psicoativos, tivemos como objetivo nesta pesquisa investigar e compreender os estudos acerca do tema da medicalização de crianças realizados na Universidade Estadual de Maringá (UEM), considerando a produção da última década (2003-2013). A pesquisa tem caráter bibliográfico e nossa metodologia consistiu em levantamento de produções resultantes da pós-graduação da Educação e Psicologia vinculadas com essa temática, a fim de ampliar a compreensão a respeito do tema da medicalização de crianças na UEM. Os resultados apontam que há poucos trabalhos que abordam essa temática, das 6 produções encontradas 2 falam sobre a medicalização, 3 sobre o TDAH e 1 sobre queixas escolares. As discussões encontradas são feitas pela Educação (2) e pela Psicologia (4). Os estudos encontrados apontam que as concepções e interpretações feitas por educadores e psicólogos sobre as dificuldades que as crianças apresentam, é de ordem biologicista/organicista, ou seja, são entendidas como sendo de ordem individual, e, neste âmbito, se o problema está na criança o caminho a trilhar seria o encaminhamento ao médico, este que prescreve um medicamento que viria a solucionar os problemas. Concluímos que, ainda não há uma linha de pesquisa específica em medicalização de crianças e sua relação com a educação e suas discussões são indiciárias, estas que chegam até a discussão em foco por outras vias.

Palavras-chave: Educação. Medicalização. Pós-graduação. Crianças.

STATE-OF-THE-ART RESEARCH ON CHILDREN'S MEDICATION IN POSTGRADUATE COURSES AT THE STATE UNIVERSITY OF MARINGÁ, BRAZIL (2003-2013): AN EXPLORATORY INVESTIGATION

Abstract: Since there is an increasing forwarding to neuropsychiatric clinics of school children with learning difficulties and/or inadequate behavior, and, at the same time, an increase in the consumption of psychoactive drugs, current research investigates and

¹ Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá no ano de 2014, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

² Acadêmica do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Paraná.

³ Orientadora Professora Doutora Erica Piovam de Ulhôa Cintra, Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP). Mestre e Doutora em Educação (História e historiografia da educação) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

⁴ Co-orientadora Professora Doutora Aline Frollini Lunardelli Lara, Departamento de Fundamentos da Educação (DFE). Mestre e Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP).

comprises studies on children's medication at the State University of Maringá, Maringá PR Brazil, with regard to scientific production between 2003 and 2013. Current bibliographical research and methodology comprise a survey of scientific productions in post-graduate courses in Education and Psychology, which are somewhat linked to these conditions, to make an in-depth study on children's medication at the aforementioned university. Results reveal few research works on the theme, or rather, in the six scientific productions, two deal with medication, three with Attention Deficit Disorder with Hyperactivity (ADDH) and one with school complaints. Discussions were analyzed by the Education (3) and Psychology (3) Departments. The studies reveal that the concepts and interpretations emitted by educators and psychologists with regard to difficulties manifested by children favor a biologist or organicist stance. In other words, children's disorders are thought to be individual. Consequently, if the problem lies in the child, it should be taken to the doctor who prescribes a medicine that will solve the problem. The above-mentioned studies show that there is no trend in the specific research on children's medication and its relationship with education. Discussions merely indicate discussions brought about through other manners.

Keywords: Education. Medication. Post-graduate courses. Children.

Introdução

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), segundo a Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA), é considerado um transtorno neurobiológico de origem genética cujos três principais sintomas que o caracterizam são a desatenção, a hiperatividade e impulsividade. Alcança aproximadamente 3 a 5 % das crianças em idade escolar no mundo, e o diagnóstico é feito por meio de um questionário que visa levar em conta a compreensão da história de cada indivíduo. Entretanto, é um instrumento de alguma polêmica. Para o tratamento é indicado o metilfenidato, um psicoestimulante que age no sistema nervoso central do indivíduo. O remédio comercial mais vendido é a Ritalina, comercializada pelo laboratório Novartis Biociências, que apresenta na bula uma informação pertinente sobre o mesmo, consta que “o tratamento medicamentoso não é indicado para todas as crianças com a síndrome”, o que sugere outras possibilidades para os casos que não apenas o medicamento.

O termo medicalizar não é sinônimo de medicar. Medicalizar consiste na consequência de uma forma de interpretar as raízes de um problema. Em síntese, o

conceito de medicalização, diz respeito ao processo de tornar médico um problema que é de outra ordem, seja social, econômico ou político como salientou Illich (1975). Abordaremos neste trabalho o conceito de medicalização segundo Collares e Moysés (1994, p.25), que definem como:

[...] o processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva.

Segundo uma pesquisa recente, realizada pela psicóloga Denise Barros (2014), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) num período de quase dez anos houve uma explosão do consumo de metilfenidato, a pesquisa refere-se ao medicamento comercial chamado Ritalina, em aproximadamente 800%⁵. Quando vemos um dado alarmante como esse, por um momento parece-nos soar que a “doença” em foco é transmissível, mas não é o caso com o TDAH, que não é contagioso, e não há aparentemente explicação para um volume tão grande e constante de uso, especialmente entre os escolares. Diante disso, entendemos que há algo contraditório nessa problemática e que precisa ser investigado, pois se há apenas 3 a 5% de crianças pelo mundo todo que apresentam a síndrome, por que a venda e o consumo do medicamento têm aumentando em números extrapolados? O problema não está centrado apenas na medicação que está em uso, mas também no diagnóstico que é realizado, um conjunto de ações que partem da ideia de que problemas escolares têm origem orgânica/biológica. Esse fenômeno nos faz repensar em como as dificuldades escolares são trabalhadas e enfrentadas, a ponto de preferir medicar a ensinar, e como está se pensando na saúde destes alunos e nas consequências que os medicamentos podem trazer para os indivíduos e para o próprio processo de ensino-aprendizagem.

É sabido que a escola está saturada de problemas e parece que é mais acessível “criar” uma doença para o aluno e encaminhá-lo para o campo médico, transferindo a responsabilidade da escola para profissionais da saúde, ao invés de criar meios para que todos os alunos aprendam os conhecimentos escolares. Porém, o que se supõe é que a

⁵ Nesta pesquisa foi constatado que no ano de 2003 foram consumidos 94kg da droga (Rio de Janeiro), e no ano de 2012 esse consumo saltou para 823kg, um aumento de 775%.

escola, ao adotar os encaminhamentos aos serviços de saúde como rotina, não está pensando nas consequências futuras que essas decisões podem trazer para cada indivíduo e nos possíveis danos ao próprio processo de ensino-aprendizagem. Entendemos que o uso de medicamentos está sendo comum como forma de resolver questões que, a nosso ver, são de origem pedagógica. Vemos a partir disso o professor deixar de lado o seu papel.

Ou seja, a questão é que as questões coletivas, como o ensino e aprendizagem, estão se transformando em questões individuais e biológicas, isso quer dizer que questionamos alguma dificuldade que a criança venha apresentar, pois talvez deve-se ao fato do erro não estar nela e sim no processo. Diante disso, Rodrigues (1997) afirma que o discurso médico “criou”, em parte, as características da natureza do homem e definiu seu padrão, o qual estabelecendo o que era normal, também estabeleceu o anormal, ou seja, a medicina por estudar o homem e seu corpo designou um modelo que é considerado ideal, e as pessoas precisam estar dentro deste padrão para serem consideradas normais e saudáveis. A partir disso, os indivíduos deveriam “encaixar-se” nessa padronização e, simultaneamente a esse fenômeno, abre-se espaço para a estigmatização de pessoas doentes. É neste momento que a medicalização entra como forma de condicionar o indivíduo pela ordem médica.

Quando falamos em ordem médica, referimo-nos ao histórico do poder médico na sociedade brasileira. Relembramos o sonho da ciência médica no século XIX, que se constituía na construção de uma ordem civilizada, na qual a classe médica contribuiu e auxiliou na construção de uma nação melhor. Os médicos, portanto, ajudaram na transformação da sociedade em um corpo social civilizado, diante desta realidade colocaram a escola sob o manto da Higiene (Medicina), esta que teria o poder de superar a ignorância e modelaria as instituições e práticas, a fim de criar uma sociedade ideal, bem como cidadãos ideais. O espaço escolar neste contexto, segundo Gondra (2000), foi visto como a “oficina de nacionalidade”, pois nele o ser humano seria forjado em cidadão ideal e “compatível” com a sociedade que se almejava criar. Ou seja, a parceria educação-saúde é antiga.

Como Rodrigues (1997) aponta, por mais que a educação atual defenda o olhar individualizado sobre o aluno, esse que é um olhar que considera a realidade social e respeita a singularidade, o que se efetiva não se encaixa neste discurso, pois a infância, ao que nos parece, vem sendo medicalizada pela escola que impõe um padrão de aluno e

de criança. O aluno ideal é aquele que presta atenção, tira boas notas sem muito precisar do professor, não reclama, etc, e aquele que foge dessas características é logo rotulado como portador de distúrbios e dificuldades, entre outros conceitos utilizados.

Moysés e Collares (2010) chamam a atenção para esse fenômeno, que compreende a forma como a sociedade propõe soluções para as pessoas supostamente doentes, essas que são “normais”, porém não atendem aos resultados esperados do processo de escolarização e apresentam comportamentos diferentes do que seja considerado ideal. E mais:

[...] o espaço eminentemente pedagógico da instituição escolar tem-se esvaziado, tem-se tornado vago. Uma instituição social em que seus atores – os profissionais da Educação –, rebaixados na escala social, com salários aviltantes, sentindo-se incapazes, expropriados de seu saber, estão prontos a delegar seu espaço, prontos a submeterem-se a uma nova ordem. O trabalho pedagógico, desqualificado, cede terreno para o trabalho de outros profissionais, estimulados pela necessidade de mercado de trabalho. O espaço escolar, voltado para a aprendizagem, para a normalidade, para o saudável, transforma-se em espaço clínico, voltado para os erros e distúrbios. Sem qualquer melhoria dos índices de fracasso escolar (COLLARES; MOYSÉS, 1994, p.31).

Esse tema nos chamou a atenção diante do que se averiguou em um Projeto de Iniciação Científica (PIC)⁶ no ano de 2012-2013, no qual constatamos, a partir da realização de um Projeto de Extensão⁷ desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá (UEM), que era grande o número de crianças que faziam uso de medicamentos. Obtivemos esse resultado a partir da sistematização de 92 fichas de crianças das séries iniciais que eram encaminhadas pelas escolas a médicos e especialistas da saúde como portadoras de problemas de aprendizagem ou transtornos – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Deficiência Intelectual (DI), problemas de socialização, entre outros –, crianças que em sua maioria faziam, por isso, uso de medicamentos psicoativos. Concluímos, que 40% dos alunos que

⁶Projeto de Iniciação Científica (PIC) orientado pela Professora Doutora Erica Piovam de Ulhôa Cintra. Resultados disponíveis no relatório final intitulado “Medicalização da infância: concepções e práticas em Maringá-PR e Região”.

⁷Trata-se do Projeto de Extensão intitulado “Apoio pedagógico a crianças e adolescentes com dificuldades escolares” (Processo 4440/2011), coordenado pela Professora Doutora Tânia dos Santos Alvarez da Silva, do qual também participamos, vinculado ao Programa Multidisciplinar de Pesquisa e de Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais – PROPAAE, UEM.

frequentaram o programa já tinham usado ou estavam sob o uso de medicação⁸, o que nos motivou a continuar as pesquisas sobre a medicalização de crianças e sua relação com o processo de ensino-aprendizagem.

Posteriormente, em outra pesquisa⁹, foi elaborado um panorama de produções acadêmicas realizadas no período de vinte anos (1993-2013) nas principais Instituições de Ensino Superior (IES) do Paraná, complementado com a pesquisa às bases de dados *Scielo* e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e em acervo de algumas universidades, que abordam o tema da medicalização de crianças. Na consulta a base de dados Capes e Scielo e também nos acervos da universidades foram utilizadas palavras-chaves (medicalização de crianças, medicalização da infância, medicalização da educação) e em outras foi preciso ver título a título nessa busca. Os resultados dessa investigação evidenciaram que, no estado do Paraná, há poucas produções que discutem esta temática e que as existentes se concentram com maior precisão nas áreas da Educação e nos cursos da área da Saúde, prioritariamente na Psicologia¹⁰.

A pesquisa atual, então, tem como intuito produzir um conhecimento científico que dará suporte à reflexão desta realidade, por meio do levantamento dos estudos que já foram elaborados na UEM, e compreender como está sendo contemplada esta problemática. O que podemos antecipar diante dos estudos anteriormente feitos, é que o curso de Pedagogia, em particular, tem pouco estudo sobre esse fenômeno da medicalização de crianças e a maioria das pesquisas não apresentam uma visão crítica frente a esse tema entendendo-o como decorrente de problemas do sistema educacional,

⁸ O medicamento mais citado é a Ritalina (nome científico do metilfenidato), mas além destes também encontramos: Nootropil, Risperidona, Imipramina, Fluoxetina, Trofranil, Depakene e Gardenal.

⁹ Projeto de iniciação científica vinculado ao PIBIC/CNPq-Fundação Araucária-UEM orientado pela Professora Doutora Erica Piovam de Ulhôa Cintra. Resultados disponíveis no relatório final intitulado “A medicalização da infância na produção acadêmica paranaense: levantamento de fontes de pesquisa”.

¹⁰ Ao total foram encontrados 60 trabalhos, do ano de 1997 a 2013, dentre eles monografias, dissertações, teses e artigos científicos. Do período em foco foram encontrados (ano/trabalhos): 1997 (1), 1999 (2), 2002 (2), 2003 (2), 2004 (1), 2006 (4), 2007 (3), 2008 (3), 2009 (2), 2010 (3), 2011 (11), 2012 (22) e 2013 (4). Frente a esses dados percebemos a grande produção acadêmica nos anos de 2011 e especialmente, em 2012, acreditamos que esse grande aumento se deve ao fato do vigoroso acrescentado consumo de psicoativos de crianças em idade escolar como sugerido nos resultados citados anteriormente. Sobre as áreas, sobressai, de modo geral, a área da Educação com 17 dos 60 artigos (Psicologia, 7; História, 4; Saúde/Educação, 4; Psicologia Escolar e Educação, 3; Psicologia Institucional, 4; Farmácia, 1; Saúde Coletiva, 9; Saúde Pública, 2; Psicanálise, 1; Ciências químicas da vida e saúde, 1; Administração pública e governo; 1; Direito, 1; Antropologia Social, 1; Alimentação, nutrição e saúde, 1; e Sociologia política, 1). Dos 60 trabalhos localizados, pouquíssimos abordam exclusivamente a medicalização; a grande maioria discute a ordem médica e os outros abarcam distintos temas correlacionados.

entendemos a partir disso, que há uma carência no curso de pesquisas sobre a medicalização de crianças. Assim, nosso problema de pesquisa consiste em: *como está sendo discutido o fenômeno da medicalização de crianças nos estudos realizados em cursos específicos na Universidade Estadual de Maringá (UEM)?* Pretende-se, então, entender a amplitude desse tema e como está sendo circulado na UEM.

Metodologia

Para responder nosso problema de pesquisa e nossos objetivos propostos, inicialmente fizemos uma procura no site da UEM¹¹ em busca dos Programas de Pós-Graduação que pudessem abordar o assunto e seus respectivos sites. Algumas áreas não foram possíveis de serem incluídos na pesquisa, pois algumas não tinham um banco de dados organizado com as teses e dissertações disponíveis, outras tinham linhas de pesquisa que não condiziam com o nosso objeto, e outras ainda, como é o caso da Medicina, não tinham o programa de pós-graduação ou especialmente, mestrado e doutorado. Nesta busca a fim de compreender os diferentes pontos de vista sobre a difusão do fenômeno da medicalização de crianças, selecionamos às áreas de Educação, Enfermagem e Psicologia, pois são as que em tese discutem o tema e que estão direta ou indiretamente associadas à criança, a escola e ao fenômeno em foco. Realizamos um levantamento de fontes bibliográficas a partir das produções acadêmicas, realizados no período (2003-2013), as quais selecionamos pelo título dos trabalhos por meio da consulta direta aos acervos dos programas da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A investigação realizada é de cunho bibliográfico e teve por finalidade averiguar como a medicalização vem sendo discutida no âmbito da UEM. Segundo Lara e Molina (2011), a pesquisa bibliográfica é um passo decisivo na vida científica, pois permite ao pesquisador o acesso e a sistematização dos conhecimentos já produzidos sobre determinado tema. Diante disso, procuramos averiguar, em materiais escritos de diferentes naturezas, respostas para a nossa problematização.

No Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI)¹² estavam disponíveis as dissertações do ano de 2008 (ano em que foi criado o programa) a 2013. No Programa

¹¹ Disponível em: <www.uem.br> (Opção “Mestrado” e “Doutorado”)

¹² Disponível em: <www.ppi.uem.br/dissertações>

de Pós-Graduação em Enfermagem (PSE)¹³ se encontravam acessíveis os textos completos das dissertações do ano de 2004 a 2012, e as teses apenas do ano de 2011. No caso da Enfermagem, nem todas as produções estavam disponíveis, o site estava confuso, os trabalhos que estavam disponíveis não atendiam ao nosso foco e nesse momento da pesquisa resolvemos descartá-la. No Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE)¹⁴ estavam disponíveis as dissertações do ano de 2005 a 2012, e dos anos 2002 a 2004 apenas os resumos das dissertações, e as teses dos anos 2010 a 2012.

A primeira análise consistiu na leitura dos resumos dos 6 trabalhos (3 da Psicologia e 3 da Educação), selecionados a partir da leitura dos títulos, esses que possivelmente discutiriam a medicalização. Fizemos uma leitura mais detalhada dos resumos dessas pesquisas apoiada em um roteiro de leitura (Objetivo, Metodologia, Resultados/Conclusões e contribuições sobre a medicalização) e, posteriormente, analisamos apenas 2 trabalhos que apresentavam a palavra medicalização em seu título apoiado neste mesmo roteiro, porém em uma leitura minuciosa do texto completo. É importante ressaltar que, quando apoiamos em palavras-chave ou no título da pesquisa, nem sempre garante que tenhamos acesso as produções existentes sobre determinado assunto. A partir da leitura, verificamos se os documentos apresentavam os elementos que buscávamos: enfoque no tema (medicalização de crianças) e tratamento do tema (concepções sobre o fenômeno).

Resultados/Análise dos dados

Após a pesquisa inicial, realizamos uma análise dos resumos dos 6 trabalhos encontrados, que está organizada nos quadros a seguir. No primeiro quadro, apresentamos as informações gerais das produções escolhidas para apreciação, como título, nome do autor, ano, programa de pós-graduação de origem e os objetivos das pesquisas - enumeramos as pesquisas para uma melhor interpretação da análise. Posteriormente, constam os excertos sobre medicalização expressos nos resumos dos trabalhos selecionados, demonstrando a preocupação predominante sobre a forma com que se está lidando com as possíveis dificuldades que a criança demonstra, além disso, no modo como a sociedade está lidando com estas apresentadas pelos indivíduos,

¹³ Disponível em: <www.pse.uem.br/dissentes/banco-de-dissertações-e-teses>

¹⁴ Disponível em: <www.ppe.uem.br/dissertacoes.htm>

questões sociais se transformando em individuais, assim tecendo a ideia de que o problema está centrado no indivíduo e ele deve ser tratado por isso.

Quadro 1–Informações gerais de identificação dos trabalhos selecionados

Número do trabalho	Curso e Programa de Pós-Graduação	Título, Autor e Ano	Objetivos
1	Doutorado PPE/UEM	Problemas de atenção: implicações do diagnóstico de TDAH na prática pedagógica (Rosana Aparecida Albuquerque Bonadio, 2013)	“[...] compreender como os problemas de atenção se manifestam no espaço escolar e quais as implicações do diagnóstico de TDAH na prática pedagógica do professor” (p.8).
2	Mestrado PPE/UEM	O discurso da mídia sobre o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (Taciaa Marques Castellar, 2013)	“[...] analisar os discursos da mídia sobre o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH).” (p.9)
3	Mestrado PPI/UEM	Queixas escolares na perspectiva de educadores da rede pública e privada: contribuição da psicologia histórico cultural (Cristiane Toller Bray, 2009)	“[...] buscar dentro do âmbito escolar (público e privado), junto aos educadores (professores, diretores, coordenadores etc.), suas concepções e atuações acerca das queixas escolares (dificuldades de aprendizagem e comportamento dos alunos), bem como refletir sobre a contribuição da Psicologia na compreensão dos fenômenos envolvidos, direta ou indiretamente, nos problemas de escolarização presentes no contexto educacional, o que consideramos necessário para a construção de uma educação de qualidade para todas as crianças” (p.7).
4	Mestrado PPI/UEM	O TDAH na perspectiva de psicólogos que atuam na clínica e na escola (Roseli de Melo Germano Marques dos Santos, 2012)	“[...] estudar o transtorno por um viés crítico, procurando se afastar das concepções organicistas, que entendem os comportamentos hiperativos e desatentos das crianças como decorrentes de transtornos neurológicos [...] investigar a compreensão de psicólogos clínicos e escolares acerca do TDAH, buscando desvendar se eles atuam segundo a perspectiva biologizante/psicopatologizante, isto é, tratando como biológicos ou psicológicos os conflitos que se relacionam com questões sociais, ou delas são sintomas” (p.5).
5	Mestrado PPI/UEM	A medicalização dos problemas de comportamento e da aprendizagem: uma prática social de controle (Mariana Akemi Suzuki, 2012)	“[...] compreender os efeitos da medicalização dos alunos no cotidiano da escola. [...] investigar os efeitos do processo de medicalização de alunos que apresentam comportamentos considerados inadequados pela equipe escolar” (p.8).
6	Mestrado	A biologização das	“[...] buscar a compreensão das emoções e

	PPI/UEM	emoções e a medicalização da vida – Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão da sociedade contemporânea (Renata da Silva, 2011)	suas manifestações na sociedade atual” (p.7).
--	---------	--	---

Percebemos no quadro 1 que as produções, em sua grande maioria, procuram investigar as concepções existentes sobre as dificuldades de aprendizagem, seu diagnóstico e tratamento, e criticam a visão organicista/biologizante frente a isso, em especial o TDAH, que é visto como problema de ordem biológica. Em especial, podemos trazer em questão as pesquisas 3 e 4, que têm como objetivo principal entender por qual viés psicólogos e professores estão tratando problemas que os alunos apresentam dentro da escola, seja no comportamento, dificuldade de atenção e/ou compreensão de conteúdo. No que se refere a preocupação com as ações e práticas pedagógicas está expressa apenas na pesquisa 1.

Como podemos ver, na divisão e categorização dos quadros, apenas 2 trabalhos apresentam medicalização em seu título, e notamos na pesquisa 6, pela leitura do título e de seu objetivo, que a medicalização que ela se refere é da sociedade, e não apenas de crianças/escolares.

No quadro 2, trazemos os trechos expressos nos resumos que estão relacionados com a medicalização de crianças, ponto esse foco da pesquisa.

Quadro 2 – Concepções de medicalização encontrados nos resumos

Número do trabalho	EXCERTOS
1	“O uso do medicamento como tratamento adequado a esses alunos é entendido, pela escola, como um recurso necessário à aprendizagem e à adaptação de comportamentos inadequados” (p.8).
2	“[...] os profissionais da área da Saúde possuem grande influência na difusão do saber científico na mídia e na Educação. [...] na totalidade dos discursos de reportagens analisadas, os especialistas da área médica, por não vivenciarem o cotidiano escolar, não percebem que as condições pedagógicas fazem com que muitos alunos apresentem os comportamentos sociais descritos no DSM-IV-TRTM” (p.9).

3	“[...] tanto as escolas públicas como as privadas enfrentam as mesmas queixas escolares (dificuldades de aprendizagem e comportamento dos alunos) e os educadores compreendem a dificuldade de aprendizagem e o problema de comportamento como sendo de ordem individual. [...] atribuem, com maior frequência, as causas da queixa/fracasso escolar à problemas orgânicos, emocionais ou familiares dos alunos” (p.7).
4	“A maioria dos comportamentos considerados inadequados nas crianças têm sido diagnosticados como TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), com indicação de uso de medicação para seu controle. E a concepção dominante sobre o TDAH revela uma compreensão que desconsidera os fatores sociais, transformando-os numa das descrições médicas mais usadas para dar vazão ao mecanismo de psicopatologização das dificuldades que surgem na infância, especialmente na escola. [...] Os resultados apontam que a compreensão a respeito do TDAH por parte das participantes da pesquisa é corrompida pelo modelo médico de atendimento. Observou-se que a prática habitual tem sido a da admissão do uso da medicação como primeira opção” (p.5).
5	“Acredita-se que o aluno medicado consegue se concentrar mais, fazer as atividades em sala de aula, passando a produzir satisfatoriamente. No entanto, questionam-se as conseqüências do processo de medicalização para a infância. Além disso, é possível refletir em que medida o uso de medicamentos para problemas que são sociais justifica uma melhora a curto prazo na concentração e no controle do comportamentos desses alunos. Captou-se um sentimento de impotência por parte dos educadores que, ao não conseguirem ser partes ativas no processo de ensino, não se consideram capazes de influenciar nessa formação. Desta maneira, buscam alternativas que são apresentadas no ambiente escolar como solução para os problemas de comportamento. O encaminhamento ao médico seria uma dessas alternativas, que foi identificada como um processo de terceirização do ensino aos moldes capitalistas. O paradigma que está se construindo é o de que o uso cada vez mais frequente de psicotrópicos é um recurso contra os problemas advindos da sociedade moderna. Observamos que isto trata-se de uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que o professor não se encontra inserido no processo de ensino, ele reafirma essa exclusão entendendo que é a medicação que irá interceder no problema do aluno. O não reconhecimento do trabalho do professor como mediador entre o aluno e o conhecimento, apresenta-se de forma objetivada no processo da medicalização na sociedade atual” (p.8).
6	“[...] a naturalização dos processos sociais e a fragmentação dos aspectos referentes à vida humana criam um terreno fértil para a proliferação do sofrimento psíquico dos indivíduos. Problematizam-se, portanto, as práticas que passam a diagnosticar psicopatologias e prescrever medicamentos, em consonância com a lógica de consumo”. (p.7).

Referente às produções da área da Educação (1 e 2), a produção 1 consistiu em uma pesquisa de campo, no qual o pesquisador investigou crianças de quatro escolas municipais, observou o dia-a-dia escolar e conversou com pais e professores de crianças que apresentavam o diagnóstico de TDAH. No resumo desta pesquisa é apresentado que os professores consideram o remédio um recurso necessário para que a criança aprenda e tenha comportamentos esperados pela escola. Esta pesquisa expõe que os professores compreendem mais os alunos como portadores de disfunções e distúrbios biológicos, fator que justifica a visão positiva do remédio.

A segunda pesquisa teve como objetivo analisar os discursos da mídia sobre o TDAH, em seu resumo ele não menciona explicitamente a palavra medicalização,

porém quando trata dos resultados da pesquisa cita que profissionais da área da Saúde têm ampla influência na mídia, e principalmente em questões da educação. O dado que consta no resumo e consideramos importante para nossa análise foi a questão de quando a criança comparece ao médico e o mesmo a avalia com alguma dificuldade o problema (frente as queixas da escola e da própria família sobre seu comportamento), ele não tem conhecimento de como se dão as relações e ações pedagógicas, ou seja, não percebe que as condições pedagógicas fazem com que apresentem comportamentos “inadequados”.

Percebemos nas pesquisas 1 e 2, por serem da Educação, o enfoque na concepção do professor sobre as dificuldades que o aluno apresenta e suas impressões sobre a medicalização, isto está mais explícito nas duas primeiras pesquisas, pois a terceira é mais específica, porém não deixa de trazer elementos importantes para análise e reflexão no que diz respeito às ações pedagógicas. Nenhuma das pesquisas traz em seus títulos a palavra medicalização, porém, na leitura dos resumos percebemos que essa questão é muito abordada pelos pesquisadores, o que nos motiva a continuar as pesquisas nesse tema, já que percebemos que as discussões sobre esse fenômeno vêm se expandindo dentro da área da Educação, em especial no Mestrado e Doutorado.

As pesquisas seguintes se referem à Pós-graduação da Psicologia. A pesquisa 3 busca investigar as concepções dos educadores sobre as dificuldades apresentadas pelos alunos. Nesta pesquisa é averiguado que os professores tanto das escolas públicas como das particulares expressam as mesmas queixas em relação aos alunos, e todos eles acreditam que os problemas/dificuldades apresentadas pelos alunos são de ordem individual, decorrentes de problemas emocionais, biológicos, psicológicos etc.

A produção 4 consiste em uma pesquisa de campo, no qual o pesquisador entrevistou psicólogos e professores da rede pública de três municípios a fim de compreender qual a visão que ambos têm sobre a medicalização, e se a concepção biologizante/psicopatologizante que dissemos anteriormente predomina. Foi constatado que a visão médica prepondera e que o remédio é visto como primeira opção para resolver problemas que seriam “biológicos”. A pesquisa conclui que observando os professores, eles não se sentem a vontade para interferir nesta problemática e acreditam não estar preparados para lidar com esta situação. O TDAH acaba sendo considerado um problema social que reflete dentro da escola.

O trabalho 5 consistiu em pesquisa bibliográfica sobre a história da medicalização e também pesquisa empírica que ouviu professoras que ministravam aulas para alunos que usavam medicamentos. Percebemos, pelos trechos apresentados, que os professores se sentem impotentes frente a esta situação, além de não se sentirem inseridos neste processo; acreditam que o remédio contribui para uma boa prática pedagógica, porém questionam as consequências de seu uso.

Noutro caso, a pesquisa 6, sua metodologia consistiu no estudo do tema na área da Psicologia a fim de conhecer as abordagens que predominam sobre a medicalização. Quanto a este quesito, ela traz um trecho muito pertinente que trata da prática comum em nossa sociedade atual de encontrar e descrever problemas nos indivíduos e prescrever medicamentos para sua cura. Acreditamos ser este um ponto importante na crítica à medicalização de crianças: a transformação de problemas coletivos em problemas individuais.

Aos lermos os resumos dos trabalhos 3, 4, 5 e 6 percebemos que a discussão da área da Psicologia é muito próxima da Educação; é averiguado também as concepções predominantes dos professores e psicólogos sobre a medicalização, as práticas pedagógicas não são citadas, pois não competem ao campo da psicologia essa análise, porém a visão que se tem é de que a medicalização é a transformação de questões não médicas em questões médicas, os problemas de todas as ordens cabem ao médico diagnosticar e tratar. É visível a aproximação da pesquisa 3 com a 4, pois objetivam especificamente averiguar as compreensões de professores e psicólogos sobre o fracasso escolar e o tratamento de uma possível doença. Observamos na maioria das pesquisas (1, 2, 3, 4 e 6), a denúncia da visão de que as dificuldades expressas pelos alunos dentro da escola dizem respeito ao individual, e que elas são de origem biológica/orgânica.

Constatamos assim que mesmo com a variedade de estudos, de certa forma, todos eles frisam a concepção biologizante/organicista que pais, professores e psicólogos têm sobre as dificuldades que os alunos apresentam. Como percebemos, apenas 2 trabalhos contém a palavra medicalização em seu título, os demais chegam até a medicalização pela via do transtorno (TDAH) ou das queixas escolares. Optamos assim, por analisar na íntegra estes trabalhos (5 e 6), que citam diretamente o tema e pertencem ao Programa de Pós Graduação em Psicologia.

Da pesquisa 5, a autora dedica uma seção para a medicalização, do seu conceito, como ocorre a transformação de problemas sociais em individuais, e a mudança de questões não médicas para questões médicas, ou seja, de incumbir à medicina o papel de diagnosticar e tratar comportamentos/emoções que são cotidianas do indivíduo transformando-as em patologias. A nosso ver, essa visão faz com que comportamentos inadequados dos alunos sejam vistos como disfunções biológicas, opiniões que são ressaltadas quando a criança comparece ao sistema de saúde e é diagnosticada como doente, fazendo com que pais e professores acreditem que estão lidando com um indivíduo comprometido no quesito biológico:

[...] pudemos compreender que o processo de medicalização na sociedade capitalista refere-se a *um problema muito mais amplo do que o uso de medicamentos em indivíduos*. O conceito de medicalização que conseguimos apontar trata da tentativa de naturalizar, biologizar e individualizar problemas que são de outra ordem. Quando discutimos, de maneira mais específica, a medicalização dos problemas escolares, procuramos demonstrar que o uso desenfreado de medicamentos para resolver problemas educacionais e sociais, é de fato a materialização do processo de medicalização (Pesquisa 5, 2012, p. 157, grifos nossos).

No que diz respeito ao papel do professor, na pesquisa percebemos sua ausência quando se inicia a discussão de que a prática pedagógica de fato não está acontecendo de uma maneira positiva para o aluno (p.157), sendo mais ágil indicar um problema nesta criança, que posteriormente será afirmado por um médico que lhe prescreverá medicamentos. Visando repensar a prática pedagógica, a pesquisa 5 então apresenta uma preocupação que parte do professorado:

[...] os efeitos do uso dessas drogas a longo prazo são de dimensões desconhecidas e incertas, levando-nos a questionar a ética nesse tipo de prática social (Pesquisa 5, 2012, p.160).

A “melhora” do aluno medicado é questionável por parte da escola, porém os professores destacam a preocupação da apatia dos alunos em sala, colocando em xeque a aparente melhora que os professores citam.

Na produção número 6 a autora trata do grande consumo de medicamentos, informando que as pessoas apresentam problemas criados pela sociedade, que somente a medicina traz as alternativas de diagnósticos e manifestações comuns dos indivíduos, e

passam a ser vistas como um tipo de doença. As propagandas farmacêuticas enfatizam e realçam essa ideia, de que para algum comportamento/emoção considerado diferente do normal há um tratamento medicamentoso. A pesquisa remete a Ritalina, em especial:

Le Breton (2003) e Lima (2004) ressaltam que os comportamentos infantis considerados como inadequados passaram a ter a Ritalina como única alternativa para seu tratamento; sua produção teve grande aumento em todo o mundo e seu uso frequente tornou-se um problema de saúde pública. Assim, tanto para as crianças consideradas agitadas como para os adultos que se tornam angustiados diante da realidade - portanto, inadaptados a ela - a busca pelos medicamentos psicoativos constitui uma forma de obter maior segurança e eficácia para combater os efeitos insatisfatórios, decorrentes das situações em que vivem (Pesquisa 6, 2011, p. 222).

É importante ressaltar que este excerto faz ligação direta com os demais textos selecionados (quadro 1), especialmente aqueles vindos da área da Educação. No que diz respeito à medicalização:

[...] nos Estados Unidos aproximadamente 6 milhões de crianças usam a Ritalina, segundo a pesquisa ainda esse dado expressa como o diagnóstico está sendo realizado de forma errada, ineficaz. Diante de tal problemática, lançamo-nos ao desafio de buscar compreender as emoções humanas, a partir de um referencial teórico-metodológico diferente das abordagens teóricas predominantes na atualidade que, conforme demonstrado na primeira seção deste trabalho, desconsideram a constituição humana como histórico-social e acabam, ora por privilegiar apenas os aspectos biológicos (constitucionais, genéticos e/ou hereditários), ora por mensurar tais características por meio de testes e descrevê-las, sem explicá-las em sua gênese. Estes encaminhamentos, que ocorrem tanto em nível teórico como também prático, têm provocado uma abundância de prescrições de medicamentos, o que é feito tanto na esfera da saúde quanto na da educação - com a medicalização das dificuldades escolares no ensino e aprendizagem, além do comportamento dos alunos considerados como indisciplinados. (Pesquisa 6, 2011, p. 225)

Em sua busca a pesquisadora conclui que a medicalização é vista como único e primeiro recurso para resolver comportamentos/emoções diferentes do que uma sociedade almeja. A pesquisa ainda destaca que práticas que objetivavam esse controle social advieram por parte dos eugenistas e higienistas no século XX: “o que acaba fazendo da medicação uma das formas de isentar o sistema educacional pelo fracasso escolar, como se o ensino e a aprendizagem não fossem decorrentes de mediações, de um processo ativo em que todos estão envolvidos” (Pesquisa 6, p. 236). A autora nos

auxilia a perceber como a educação é tratada de forma isolada, como se não houvesse mediação por parte dos professores para com os alunos. A autora destaca ainda:

Como demonstraram Moysés e Collares (1997), esta prática já está naturalizada entre os profissionais de saúde e de educação no atendimento às crianças com problemas de aprendizagem. O que acaba fazendo da medicação uma das formas de isentar o sistema educacional pelo fracasso escolar, como se o ensino e a aprendizagem não fossem decorrentes de mediações, de um processo ativo em que todos estão envolvidos. A sociedade capitalista atual, com a priorização do consumo, vem procurando cada vez mais pelo tratamento medicamentoso para o controle dos organismos em sofrimento, como se a felicidade e o bem-estar estivessem à venda nas prateleiras das farmácias. (Pesquisa 6, 2011, p.236)

Nos chama a atenção a paulatina ampliação acerca das discussões sobre a medicalização, revelando a preocupação com o fenômeno da medicalização de crianças.

Da Psicologia, como informa Souza (2010), as novas descrições do ofício de psicólogo acabaram fortalecendo uma compreensão medicalizante da construção e do desenvolvimento do psiquismo humano levando a se pensar os motivos do fracasso escolar. O espaço da psicologia é ocupado por outras áreas como a psicopedagogia e a psicomotricidade, que passam a realizar diagnósticos de caráter cognitivo, afetivo, pedagógico, psicomotor, o qual revigora a ideia de que o problema do não aprender está na criança e que apenas reeducando e tratando a criança se permitirá que ela volte a aprender.

Como traz Souza (2010), o fenômeno educativo e o processo de escolarização são analisados como processos que constituem dimensões do campo histórico, social e político que excedem o universo da biologia e da neurologia. Além disto, as explicações organicistas ressaltam o valor dos diagnósticos neurológicos e a possibilidade de medicar tais crianças que são diagnosticadas com dificuldades de aprendizagem. A mesma lógica usada para doenças é utilizada para as dificuldades apresentadas pelas crianças no processo ensino-aprendizagem. A autora chama a atenção deste discurso estar cada vez mais presente, em que a criança é avaliada, diagnosticada e medicada tendo como premissa a mercantilização da educação e da concepção neoliberal de educação onde o professor se torna um facilitador da aprendizagem.

Moysés e Collares (2010) acreditam que o problema é biologizar questões sociais e culpar a própria criança, o indivíduo passa a ser o próprio culpado pelo seu erro – qual seria, o de não aprender. A solução seria “inventar e injetar” doenças,

motivo do fracasso escolar, o que nomeiam como medicalização do processo ensino-aprendizagem.

Para Moysés e Collares (2010), é preciso investir mais na formação dos professores para que estes se adequem às novas teorias educacionais, tendo como objetivo interferir no cotidiano escolar e suspender os preconceitos, estes que separam as pessoas dentro das próprias instituições. No dia a dia escolar é onde se produz o fracasso escolar. Se nada disso acontecer a escola continuará tornando os alunos doentes e as famílias desinteressadas, ou seja, a escola continuará presa à “clientela inadequada”. Precisamos ser capazes de transformar nosso cotidiano se queremos ser sujeitos da nossa própria história.

Se, porém, pretendermos ser agentes efetivos de transformação social, sujeitos da história, fica o desafio de sermos capazes de nos infiltrar na vida cotidiana, quebrar seu sistema de preconceitos e retomar a cotidianidade em outra direção. Na direção de construir o sucesso na escola. (MOYSÉS E COLLARES, 2010 p. 120)

Para as autoras é necessário investir na formação dos professores, de modo que consigam não só reagir diante destes problemas, mas enfrentá-los. O preconceito precisa ser deixado de lado, do contrário a padronização e a estigmatização continuarão existente dentro da escola.

Para Garrido e Moysés (2010), o que faltaria seria a coragem dos profissionais da educação para agir de modo diferente frente a essa situação; os educadores precisam enfrentar esta “febre” de medicalização vigente. O discurso de que os erros no processo de escolarização são consequências de alunos que apresentam uma doença e não conseguem aprender obstrui a seriedade e o caráter histórico do debate, intensificando assim a ideia do senso comum, de que tal significaria uma normalidade - muito equivocada, e muito distante da compreensão necessária de que cada ser é uno e deve ter o direito de ser estimulado por várias práticas de aprendizagem.

Considerações finais

Não é recente a imposição do poder médico sobre a sociedade ocidental (FOUCAULT, 1989), e especialmente no Brasil desde quando se pensava em reconstruir uma nação no século XIX onde a própria higiene era condição para o

desenvolvimento nacional vislumbrado (SCHWARCZ, 2007). A medicina instituiu o padrão que a sociedade civilizada deveria seguir, na ordem da cidade higiênica e o mesmo se transferia para todo cidadão, que deveria ter hábitos e comportamentos considerados higiênicos/saudáveis (RODRIGUES, 1997) e portanto civilizados. Quem fosse diferente do que se previa seria considerado anormal, fora do padrão esperado e pronto a ser adequado pelas campanhas de saúde. Fato este que continua presente na sociedade e, conseqüentemente, dentro da escola.

Levando em conta a pouca discussão sobre a medicalização de crianças, nos motivamos a averiguar as produções acadêmicas na UEM que abordam este assunto, a fim de compreender o que está sendo produzido sobre e quais as interpretações predominantes. Por mais que o fenômeno em si da medicalização tenha ganhado força a partir dos anos 2000, percebemos que as discussões são recentes (a maioria dos estudos encontrados se concentram nos anos 2012 e 2013) e que o debate vem se expandindo aos poucos, especialmente na área da Educação.

Concluimos, que na Universidade Estadual de Maringá (UEM) não há uma linha de pesquisa específica sobre a medicalização e sua relação com a educação; dos 6 trabalhos encontrados que abordam o tema, sendo 2 da área da Educação e 4 da Psicologia, deles: 2 se ocupam da temática geral da medicalização, 3 do TDAH e 1 sobre queixas escolares. As pesquisas selecionadas apontam e denunciam a visão marcadamente biológica e orgânica, por parte da escola e dos professores, dos problemas apresentados pelos alunos, fator este que explica o grande aumento da venda/consumo do metilfenidato nos últimos anos. Entender a transformação de problemas coletivos em individuais é chamar a atenção para a maneira pela qual a sociedade está lidando com as relações que acontecem dentro da escola (professor-aluno, professor-família) e das próprias ações pedagógicas que muitas vezes não são eficazes fazendo com que a maioria dos alunos não aprendam, estes que são vistos como problemáticos e portadores de alguma dificuldade.

Finalmente, assunto que não é foco da pesquisa, porém consideramos algo que merece reflexões, percebemos que os estudos não investem na interpretação destas dificuldades como resultados de uma ação pedagógica equivocada, apenas um trabalho remete a prática pedagógica, e este advém do campo da psicologia, e não da educação, da formação de professores.

Referências

- Associação Brasileira De Déficit De Atenção (ABDA).** Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/>> Acesso em: 31 de julho de 2014
- CAPONI, S. **Biopolítica e medicalização dos anormais.** Physis, Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 19 [2]: 529-549 n. 2, 2009. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=530610&indexSearch=ID>>. Acesso em: 10 julho de 2014
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **A Transformação do Espaço Pedagógico em Espaço Clínico.** In: A Patologização da Educação. Série Ideias (UNICAMP), v. 23, p. 25-31. São Paulo: FDE, 1994.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FRANCO, L. C. **Medicalização da infância: concepções e práticas em Maringá e Região.** PIC-UEM. Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2013 (Relatório Final).
- FRANCO, L. C. **A medicalização da infância na produção acadêmica paranaense: levantamento de fontes de pesquisa.** PIBIC/CNPq-Fundação Araucária-UEM. Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2013 (Relatório Final).
- GARRIDO, J.; MOYSES, M.A. A. Um panorama nacional dos estudos sobre a medicalização da aprendizagem de crianças em idade escolar. In: CRPSP; GIQE. (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 149-162.
- GONDRA, J. G. **Medicina, higiene e educação escolar.** In: 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 519 – 550
- LARA, A. M. B.; MOLINA, A. A. **Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias.** In: TOLEDO, C. A. A.; GONZAGA, M. T. C.(Orgs.). Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas. Maringá: EDUEM, 2011. p. 121- 172.
- MACÊDO, L. F. **A biopolítica, o biopoder e suas relações com a medicalização da vida.** Disponível em: <http://ebp.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/Luciola_Freitas_de_Macedo_A_biopolitica_o_biopoder_e_suas_relacoes_com_a_medicalizacao_da_vida1.pdf> Acesso: 15 maio 2014.
- MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. **Preconceitos no cotidiano escolar: a medicalização do processo ensino-aprendizagem.** In: CRPSP; GIQE (Org.) Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 193-214.
- RODRIGUES, M. M. **A prevenção da decadência: discurso médico e medicalização da sociedade** (Curitiba – 1931 a 1942). 205f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, 1997.
- SCHWARCZ, L. As Faculdades de Medicina ou como sanar um país doente. In: **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.189-238.
- SOUZA, M. P. R. **Retornando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar: a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo.** In: CRPSP; GIQE (Org.). Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 57-68.

Fontes

BONADIO, Rosana Aparecida Albuquerque. **Problemas de atenção: implicações do diagnóstico de TDAH na prática pedagógica.** 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

BRAY, Cristina Toller. **Queixas escolares na perspectiva de educadores da escola pública e privada: contribuição da psicologia.** 183 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

CASTELLAR, Taciana Marques. **O discurso da mídia sobre o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade.** 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

SANTO, Roseli de Melo Germano Marques dos. **O TDAH na perspectiva de psicólogos que atuam na clínica e na escola.** 124 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

SILVA, Renata. **A Biologização das emoções e a medicalização da vida – Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão da sociedade contemporânea.** 270 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2011.

SUZUKI, Mariana Akemi. **A Medicalização dos Problemas de Comportamento e da Aprendizagem: uma prática social de controle.** 174f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012